

Retomar o Desenvolvimento

Síntese das Propostas à Presidência da República, ao Parlamento e aos Governos Estaduais

Uma agenda de desenvolvimento permanente e duradoura para o Brasil precisa ser sustentável e, para tanto, deve promover a descarbonização da economia por meio de políticas públicas alinhadas à emergência climática e à equidade socioambiental.

A mudança climática, embora nos ameace, também representa grande chance para o Brasil resgatar a credibilidade e abrir oportunidades para o desenvolvimento. O fim do desmatamento, a restauração dos ecossistemas, investimentos intensos em energia limpa e renovável e na descarbonização da economia são centrais para o planejamento de um futuro próspero e equitativo.

Estamos convictos de que para retomar o desenvolvimento é preciso priorizar o meio ambiente, com metas claras e compromissos efetivos. É urgente reconstruir a democracia ameaçada e anular todos os decretos e atos que desmantelaram a legislação ambiental brasileira.

É preciso aumentar a ambição do país na chamada Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Acordo de Paris e, para isso, a restauração da Mata Atlântica é uma contribuição efetiva que os futuros governantes e a sociedade podem dar para a agenda climática e de desenvolvimento do Brasil.

Tais compromissos podem ser plenamente atendidos até 2026, ainda mais se tão valorosa tarefa for executada com transparência e participação, por meio de parcerias qualificadas com Governos, Sociedade Civil Organizada, Academia e Setor Privado.



Mudança do Clima

Restaurar a Mata Atlântica, como contribuição para o Brasil cumprir a meta do Acordo de Paris;

Neutralizar as emissões da agropecuária na Mata Atlântica até 2042, com a restauração de 15 milhões de hectares de florestas e a geração de empregos verdes;

Investir em soluções baseadas na natureza para proteger a população mais vulnerável, as cidades e o campo, de desastres potencializados pela mudança do clima.



Mata Atlântica

Fazer valer a Lei da Mata Atlântica; reforçar a fiscalização; erradicar o desmatamento; incentivar a conservação e a restauração;

Recuperar quatro milhões de hectares em Áreas de Preservação Permanente na Mata Atlântica, até 2030, e estimular a restauração florestal (Planaveg);

Regulamentar o Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica, instituído pela Lei 11.428, de 2006.



Florestas

Assumir a floresta como oportunidade de negócios sustentáveis;

Elaborar estratégias de restauração que levem em conta o valor da biodiversidade na produção agrícola livre de desmatamento;

Dar atenção especial às comunidades tradicionais que vivem na e da floresta, promovendo a regularização fundiária e a geração de renda para essas populações.



Valorização de Parques e Reservas

Fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e o ICMBio; investir em capacitação técnica e incentivar visão empresarial em suas ações;

Manter o rito de criação de unidades de conservação públicas e privadas, como as Reservas Particulares do Patrimônio Natural e vetar integralmente iniciativas que busquem desafetar e reduzir áreas protegidas;

Garantir o uso público dos Parques Nacionais, promovendo concessões de serviços, turismo e negócios sustentáveis, com envolvimento das comunidades locais e controle social, criando modelos adequados às diferentes situações.



Água Limpa

Reconhecer na Constituição Federal o direito fundamental de acesso da população à água limpa e ao saneamento básico;

Garantir a implementação da Lei das Águas do Brasil (9433/2007); fortalecer Comitês de Bacias Hidrográficas e os instrumentos de gestão: Planos de Bacia, Cobrança pelo Uso da Água, Outorga e Enquadramento das Classes de Água.

Adotar metas progressivas de qualidade da água, com fim da Classe 4 para garantir os usos múltiplos e promover segurança hídrica.



Proteção do Mar

Aprovar e implementar a Lei do Mar (Projeto de Lei 6.969/2013), marco regulatório do bioma marítimo-costeiro para sua conservação e uso sustentável;

Implementar os Planos Nacionais de Gerenciamento Costeiro e de Contingência e consolidar os Planos Estaduais nos 14 estados da Mata Atlântica que fazem divisa com o Oceano, de forma transparente e com participação da sociedade.

Assegurar que diferentes ecossistemas costeiros e marinhos estejam protegidos por unidades de conservação, priorizando áreas de alta importância biológica ou ainda pouco conhecidas, como recifes de águas profundas.



Gestão e Governança

Coordenar a agenda do Clima de forma estratégica na Presidência da República para elevar o tema à política de Estado;

Fortalecer o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama e o ICMBio, com recuperação dos orçamentos, contratação de agentes, valorização profissional e reativação dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente;

Restabelecer a governança, a participação da sociedade civil e da comunidade científica na formulação de políticas públicas e restaurar a representatividade do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) como a instância superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente).



Instrumentos Econômicos

Criar mercado regulado de carbono e dar condições para um mercado livre, com regulamentações claras, definição objetiva de créditos de carbono e precificação de emissões domésticas;

Conferir aos serviços ambientais e ecossistêmicos a mesma atenção dada às políticas para o clima, adotando o conceito jurídico de fauna e flora protegidas para induzir o investimento na sua preservação;

Estimular o surgimento de startups voltadas ao uso responsável de componentes da floresta, como as que já existem na área farmacêutica e de cosméticos.

Acesse o documento completo com as Propostas e Contribuições da Mata Atlântica para Retomada do Desenvolvimento do Brasil. Vote pela Mata Atlântica: www.sosma.org.br